ANÁLISE DA DISPENSAÇÃO DE PSICOTRÓPICOS ENTRE OS ANOS 2019 A 2021 NUMA DROGARIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE FUNDÃO - ES

Thainara Mandelli Cazotto[1]

Priscila Pinto da Silva dos Santos[2]

RESUMO

O uso generalizado de psicofármacos tem aumentado nos últimos anos, segundo o Conselho Federal de Farmácia essa crescente foi de aproximadamente 14% devido as condições vividas na pandemia da COVID -19, podendo ser ocasionada pelos graves estados psíquicos emocionais, pela tomada de medidas necessárias. O objetivo dessa pesquisa é analisar a dispensação de fármacos psicotrópicos regulamentados pela Portaria N° 344 de 1998, entre os anos 2019 a 2021, numa drogaria localizada no município de Fundão (ES). Para isso, foi realizado um estudo descritivo transversal retrospectivo a partir da análise de bancos de dados gerados pelo software Prosystem®. No período foram contabilizadas 14.372 caixas de medicamentos psicotrópicos dispensadas. Desse total, verificou-se que os grupos de ansiolíticos apresentaram 31,5 % (4.524), os antidepressivos 30,7% (4.417), antiepiléticos 11,3% (1.630) e antipsicóticos 11,2% (1.605). Ainda mais notou-se um gradativo aumento na porcentagem de venda de medicamentos antidepressivos partindo de 1.197 caixas em 2019 para 1.661 caixas em 2021. Nesse período, identificou-se 6 medicamentos com expressiva dispensação: Escitalopram (960), Amitriptilina (735), Sertralina (665), Desvenlafaxina (344), Citalopram (368) e Paroxetina (308); e dentre os ansiolíticos, 1.334 caixas foram dispensadas em 2019 e 1.558 caixas em 2021. Identificou-se 3 medicamentos mais dispensados: Alprazolam (1384), Clonazepam (1694) e Zolpidem (804). Portanto, ressalta-se a importância do profissional farmacêutico na transmissão do conhecimento, prestando uma atenção farmacêutica aos pacientes no momento das dispensações, para que estes possam desfrutar de um tratamento correto e eficaz.

Palavras-chave: Pandemia. Psicotrópicos. Aumento.

ABSTRACT

The widespread use of psychotropic drugs has increased in recent years, according to the Federal Council of Pharmacy, this increase was approximately 14% due to the conditions experienced in the COVID-19 pandemic, which may be caused by serious emotional psychic states, by taking the necessary measures. The objective of this research is to analyze the dispensing of psychotropic drugs regulated by the RDC Ordinance No. For this, a retrospective cross-sectional descriptive study was carried out from the analysis of databases generated by the Prosystem® software. In the period, 14,372 boxes of psychotropic medication were dispensed. Of this total, it was found that the groups of anxiolytics had 31.5% (4,524), antidepressants 30.7% (4,417), antipyretics 11.3% (1,630) and antipsychotics 11.2% (1,605). Even more, there was a

[1] Graduando do Curso de Farmácia da Católica de Vitória Centro Universitário. E-mail: thainaracazotto@outlook.com

[2] Bacharel em Farmácia, Mestre em Doenças Infecciosas, MBA em Metodologias Ativas. Professora universitária. E-mail: psantos@salesiano.br.

gradual increase in the percentage of sales of antidepressant drugs, from 1,197 boxes in 2019 and 1,661 boxes in 2021. During this period, 6 drugs were identified with significant dispensation: Escitalopram (960), Amitriptyline (735), Sertraline (665), Desvenlafaxine (344), Citalopram (368) and Paroxetine (308); and among anxiolytics, 1,334 boxes were dispensed in 2019 and 1,558 boxes in 2021. Three most dispensed drugs were identified: Alprazolam (1384), Clonazepam (1694) and Zolpidem (804). Therefore, the importance of the pharmaceutical professional in the transmission of knowledge is emphasized, providing pharmaceutical care to patients at the time of dispensing, so that they can enjoy a correct and effective treatment.

Keywords: Pandemic. Psychotropics. Augmentation.

1. INTRODUÇÃO

A ansiedade e a depressão são problemas de saúde pública, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 2019 contabilizou que 16.293 milhões de pessoas com 18 anos ou mais foram diagnosticadas com depressão. Diante da situação pandêmica, as medidas de controle propostas repercute na saúde mental da população em diversas dimensões, sendo as condições de vida e acesso à saúde os principais eixos significativamente afetados (IBGE,2019).

Na pandemia da COVID-19, a sociedade passou por tribulações que provocaram diversas alterações comportamentais por alterar todo o cotidiano. O mundo parou, as incertezas chegaram e tudo fechou. As ruas estavam vazias, ninguém saía mais de casa; muitas pessoas perderam o emprego; a população se manifestou, perdida, confusa e desorientada por influência das mudanças comportamentais realizadas pela separação repentina. Esse instável período afetou o psicológico de diversas pessoas, por ser algo que muitos não vivenciavam, com mudanças na rotina, no seu dia a dia e na forma como as pessoas se sentiam em relação a todos (CEPEDES, 2020).

A pandemia tem representado, sem dúvidas, um evento jamais testemunhado pela humanidade, desafiando constantemente todos os serviços de saúde e requerendo uma organização de estratégias psicossociais para seu enfrentamento. Associado a isso temos o aumento do uso de psicotrópicos que são produtos químicos sintéticos utilizados com o intuito de obter um efeito terapêutico. O âmbito social em geral utiliza-os para alterações comportamentais e sentimentais (FIOCRUZ, 2020).

O medicamento psicotrópico é uma substância que pode vir a causar dependência psíquica, portanto necessita-se de uma prescrição médica para serem utilizados pelos pacientes, na qual apresenta a respectiva dosagem e duração de tratamento medicamentoso, tornando-se uma receita médica. Para um tratamento eficaz é de suma importância que o profissional farmacêutico e os pacientes entendam o que foi prescrito pelo médico para que não ocorram erros de medicação (RDC 344/1988).

Para que seja possível estimar a prevalência do aumento do uso de medicamentos psicotrópicos, causados pelas incertezas geradas pela pandemia da COVID-19 podendo ter impactos irreversíveis, é fundamental analisar a quantidade de medicamentos psicotrópicos dispensados. Além disso, comparar as classes de tais medicamentos e observar a expressão da circulação comercial dos psicotrópicos, antes e durante a pandemia (durante dos anos de 2019 - 2021).

Nessa concepção é de grande importância para o profissional farmacêutico principalmente ter esse conhecimento, para que seja capacitado a fazer as

intervenções necessárias, visto que ele é o profissional responsável por entregas e liberações de medicamentos de forma geral. Segundo a RDC nº. 22, de 29 de abril de 2014 deve estar devidamente cadastrado e associado ao sistema de gerenciamento de produtos controlados (SNGPC) com acesso restrito ao sistema informatizado do estabelecimento, em que gera arquivos XML para envio ao SNGPC. Além disso, o presente estudo demonstra dados que culminam em informação para toda a comunidade e espera-se que possam encorajar futuras investigações científicas voltadas para esta temática, principalmente nas questões a serem abordadas no cenário pós pandêmico.

Sendo assim o objetivo dessa pesquisa é analisar a dispensação de fármacos psicotrópicos regulamentados pela portaria RDC de N° 344 de 1998 entre os anos 2019 a 2021 numa drogaria localizada no município de Fundão (ES).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FÁRMACOS PSICOTRÓPICOS

Os fármacos são produtos químicos sintéticos derivados de plantas ou animais, ou produtos de engenharia genética. Um medicamento é uma preparação química que consiste em um ou mais medicamentos administrados com o objetivo de obter um efeito terapêutico, pode conter outras substâncias com aditivos, conservantes e solventes para facilidade de uso (RANG et al., 2016).

Para que uma substância seja considerada um entorpecente ela deve ser gerida como tal, e não liberada por mecanismos fisiológicos. Muitas substâncias, como insulina ou tiroxina, são hormônios endógenos, mas quando são intencionalmente utilizadas se tornam substâncias medicamentosas. Muitas substâncias não são usados em medicamentos, porém se revelam úteis ferramentas de pesquisa (RANG et al., 2016).

Os psicotrópicos são medicamentos em que ‘psique’ refere-se a mente e ‘topos’ a alteração, modulação seletiva do sistema nervoso central e podem ser categorizados em: sedativos e ansiolíticos; antipsicóticos (neurolépticos); antidepressivos; estimulantes psicomotores; psicomiméticos e potencializadores cognitivos (RANG, DALE, RITTER, 2001).

Os fármacos psicotrópicos são categorizados como os que afetam o humor e o comportamento. Uma vez que esses índices da função cerebral são difíceis de serem definidos e medidos, não há base consistente para classificar os fármacos psicotrópicos. Dessa forma, se encontram confusas misturas de termos que se relacionam com a estrutura química concordante de: benzodiazepínicos; butirofenonas, com o alvo bioquímico de inibidores da monoamino-oxidase; inibidores da recaptação de serotonina e efeito comportamental alucinógenos; estimulantes psicomotores ou com o uso clínico antidepressivos; agentes antipsicóticos; fármacos antiepiléticos, associados a várias categorias francamente indefiníveis de fármacos antipsicóticos atípicos; fármacos nootrópicos, adicionadas para maior confusão (RANG et al., 2016).

O uso de medicamentos psicoativos faz parte da natureza humana sendo projetado para alterar o comportamento, emoções e humor. Este uso abrange tanto para alterar o comportamento normal, estados alterados de sentimentos com propósitos religiosos, cerimoniais ou recreacionais, quanto para alívio de enfermidades mentais (BALDESSARINI, 1995).

O primeiro benzodiazepínico a ser sintetizado foi o Clordiazepóxido em 1955, seu lançamento comercial foi em 1960. Logo após, em 1963 foi lançado outro protótipo da

classe, mais potente que o primeiro, o Diazepam. A partir daí foram sintetizados mais de 3000 compostos benzodiazepínicos, sendo possível encontrar em torno de 35 medicamentos benzodiazepínicos disponíveis no mercado farmacêutico brasileiro (COMHUPES, 2013).

O abuso de substâncias psicotrópicas pela comunidade, seja por automedicação ou prescrição pode associar-se à tolerância, intoxicação, dependência química e interações imprevisíveis com outras drogas, o que acaba repercutindo em danos à vida social do indivíduo, além do luto já vivenciado (ALVEZ et al., 2021).

O Brasil consome em média 500 milhões de caixas de substância psicotrópicas anualmente, das quais até 70% são benzodiazepínicos, utilizados no tratamento de ansiedade e distúrbios do sono à epilepsia, e como coadjuvantes de procedimentos anestésicos, em casos de abuso, sendo um alto risco de desenvolver dependência (ALVEZ et al., 2021).

2.1.2 Antidepressivos

O Transtorno Depressivo Maior (TDM) é caracterizado por humor deprimido na maior parte do dia por pelo menos duas semanas, perda de interesse ou prazer na maioria das atividades, ou ambos. Há ainda distúrbios do sono e de apetite, déficits na cognição e perda de energia. Também são comuns sintomas de culpa, inutilidade e pensamentos suicidas (KATZUNG, 2017).

O TDM está associado a diferentes condições clínicas, desde dor crônica a doença arterial coronariana. Quando associada com outras condições clínicas, a carga da doença do paciente aumenta, diminuindo significativamente a qualidade de vida. A principal indicação utilizada no tratamento de TDM são os antidepressivos, em que apresentam um amplo uso na clínica médica. Depois do TDM a aplicação mais comum dos antidepressivos são os transtornos de ansiedade (KATZUNG, 2017).

As drogas antidepressivas descobertas no final da década de 50, pela procura de efeitos terapêuticos ou tóxicos de agentes quimicamente semelhantes, desencadeou avanços importantes no tratamento e no entendimento de possíveis mecanismos de transtornos depressivos. A depressão e a ansiedade tornaram-se problemas médicos passíveis de tratamento, em indivíduos normais as drogas antidepressivas não provocam efeitos estimulantes ou euforizantes como as anfetaminas, apenas corrigem condições anômalas (MONTEIRO et al.,1999).

Os Antidepressivos são classificados conforme sua estrutura química ou propriedades farmacológicas. A estrutura cíclica de anéis benzênicos caracteriza os Antidepressivos heterocíclicos, tricíclicos e tetracíclicos, além da ação farmacológica e de acordo com o mecanismo de ação, aumentando a eficiência sináptica da transmissão monoaminérgica (DA SILVA, 2021).

São drogas que aumentam o tônus psíquico melhorando o humor e, consequentemente, melhorando o desempenho cerebral. Além de serem classificados em Antidepressivos Tricíclicos (ADTs), tem-se os Inibidores da Monoamina Oxidase (IMAO), Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS) e Antidepressivos Atípicos como a Bupropiona, que possui ação noradrenérgica com um fraco bloqueio na recaptação de dopamina e noradrenalina (BALLONE, 2020).

Existe uma grande variedade de antidepressivos que são classificados conforme sua estrutura química ou pelo seu mecanismo de ação. Este se baseia no aumento de neurotransmissores circulantes no sistema nervoso central, como a serotonina,

dopamina e noradrenalina, juntamente com o aumento da sua sensibilidade e a diminuição do número dos neuroreceptores (COUTINHO; FILHO, 2010).

Os antidepressivos em doses excessivas por intenção suicida causam bloqueio muscarínico grave. Alguns fármacos de ação central antidepressivos tricíclicos, inibidores seletivos da recaptação de serotonina, agentes ansiolíticos com ações antimuscarínicas podem prejudicar a memória e a cognição em pacientes idosos (KATZUNG, 2017).

Os antidepressivos coparticipam várias características farmacocinéticas, em sua maioria apresentam pela ingesta oral, uma absorção razoavelmente rápida, que alcançam níveis plasmáticos entre 2 a 3 horas e ligam-se rigorosamente às proteínas plasmáticas, sofrem metabolismo hepático e apresentam depuração renal. O uso agudo de álcool pode inibir o metabolismo dos ansiolíticos devido à redução da atividade enzimática ou à diminuição do fluxo sanguíneo hepático. As fenotiazinas, os antidepressivos tricíclicos e os sedativos hipnóticos constituem os fármacos mais importantes que interagem com o álcool (KATZUNG, 2017).

2.1.3 Ansiolíticos

A ansiedade faz parte do seguimento normal do crescimento, das mudanças, das experiências, vivências novas nunca testadas, da descoberta da própria identidade e do significado da vida. Porém a ansiedade patológica se caracteriza pela excessiva intensidade e prolongada duração proporcional à situação precipitante, em que ao invés de contribuir com o enfrentamento do objeto de origem do transtorno, atrapalha, dificulta ou até impossibilita a adaptação (VASCONCELOS et al., 2008).

Tais fatos legitimam a mudança da ansiedade normal a um estado deplorável de tensão, apreensão, inquietação ou sintoma de medo desconhecido. Os transtornos mentais envolvendo ansiedade são comuns. Dentre os sintomas físicos da ansiedade grave, destaca-se o aumento da frequência cardíaca, sudorese, tremores e palpitações provocados pela ativação simpática. Essas manifestações debilitantes podem ser tratadas com fármacos ansiolíticos, tranquilizantes menores, tratamento comportamental ou psíquica. Como diversos dos fármacos ansiolíticos causam sedação, funcionam clinicamente tanto como ansiolíticos quanto hipnóticos induzindo ao sono (CLARK, 2013).

Para que um fármaco ansiolítico seja eficaz ele deve reduzir a ansiedade e exercer efeito calmante. O grau de depressão do Sistema Nervoso Central (SNC) produzido por um medicamento sedativo deve ser compatível com sua eficácia terapêutica. A alta dose, acima do necessário para produzir hipnose, pode levar a circunstância de anestesia geral. Além disso, em doses ainda mais altas, esses sedativos-hipnóticos podem deprimir os centros respiratório e vasomotor no bulbo, levando ao coma e à morte (CLARK, 2013).

Os ansiolíticos são fármacos que possuem ação depressora no SNC sendo assim, tem o objetivo de reduzir a ansiedade minimizando a intensidade dos sintomas de agitação, depressão e insônia. Devido à alteração química dos ansiolíticos, a classificação deles baseiam-se com maior intensidade nos usos clínicos do que em semelhanças estruturais químicas (SOUSA; CARMAGO, 2002).

O uso desses medicamentos no final do século XX mostrou sua eficácia comprovada no combate a ansiedade, insônia e outras sintomatologias relacionadas à psicopatologia. Possivelmente os benzodiazepínicos, uma classe de ansiolíticos, são os medicamentos psicotrópicos mais prescritos devido a capacidade de proporcionar

sensação de segurança e bem-estar, relaxamento muscular, apresentando ações anticonvulsivantes, ansiolíticas e hipnóticas (AZEVEDO; ARAÚJO; FERREIRA, 2016).

Além disso são eficazes no tratamento de sintomas da ansiedade secundária ao Transtorno de Pânico, do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), do Transtorno de Ansiedade Social e por Performance, do Transtorno de Estresse Pós - Traumático, do Transtorno Obsessivo Compulsivo e da ansiedade extrema encontrada, e ainda, com fobias específicas, como o medo de voar. Os benzodiazepínicos também são úteis no tratamento da ansiedade que acompanha algumas formas de depressão e esquizofrenia (CLARK, 2013).

2.2 REGULAMENTAÇÃO

O Brasil, como membro da ONU e subscritor das convenções, de acordo com sua ordem constitucional vigente, materializou juridicamente no âmbito sanitário, por meio da Portaria no 344, de 12 maio de 1998, diversas medidas de controle que pressupõem a imposição aos profissionais de saúde de rotinas diferenciadas em relação à prescrição e à dispensação de medicamentos à base dessas substâncias. Todo esse processo gerou um grupo de produtos sujeitos a controle especial no qual os psicotrópicos estão inseridos (VIEIRA; REGUIDIERI, 2013).

De acordo com a Lei nº. 9.782/1999, fundante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), há a definição das responsabilidades a serem reguladas; controle e fiscalização de produtos, substâncias e serviços relacionados à saúde; além de autorização do funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública e de comercialização de medicamentos.

Como aborda a Portaria de N° 344 de 1998, psicotrópico é uma substância que pode vir a causar dependência física ou psíquica descrita nas listas aprovadas pela Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Além disso, libera a regulamentação técnica sobre substâncias sujeitas a controle especial e define como potenciais determinantes de abuso na classificação da farmacologia, sendo a lista de substâncias classificadas: A1 e A2 (entorpecentes); A3, B1 e B2 (psicotrópicas); C1 (outras substâncias sujeitas a controle especial).

A Notificação de Receita é um documento padronizado designado à notificação da prescrição de medicamentos: entorpecentes (A), psicotrópicos (B) e retinóides (C) de uso sistêmico e imunossupressores. Já a Receita é uma prescrição escrita de medicamento, contendo a orientação de seu uso, na qual é efetuada por profissional legalmente habilitado, onde pode ser prescrito formulação magistral ou de produto industrializado (RDC 344/1988).

As receitas de controle especial devem estar preenchidas de forma legível, com a quantidade em algarismos arábicos e por extenso, sem emenda ou rasura. O farmacêutico só deve dispensar o medicamento quando todos os itens da receita e da notificação de receita estiverem corretamente preenchidos, a notificação de receita será retida na farmácia e a receita será devidamente carimbada e devolvida, como comprovante da dispensação (RDC 344/1988).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) elenca que o sistema de informação em saúde é um mecanismo de coleta, processamento, análise e transmissão da informação necessária para planejar, organizar, operacionalizar e avaliar serviços em

saúde. Esse sistema também pode ser utilizado para a realização de vigilância sanitária (MINISTÉRIO DA SAÚDE., 2022).

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº. 27, de 30 de março de 2007, estabelece o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária onde localiza-se ferramentas informatizadas de captura e processamento de dados disponíveis na internet, referentes à produção, circulação, comercialização e uso de substâncias ou drogas de controle especial. Dentre os objetivos destaca-se a obtenção do acesso a diversos dados e informações quanto ao comércio e uso, para subsídio da formulação de políticas públicas de saúde, consolidando a atuação estratégica de ações de controle e fiscalização no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em busca de uma solução dos problemas sanitários com maior agilidade e resolutividade.

O SNGPC é um sistema que possibilita um controle efetivo da movimentação da dispensação de entradas e saídas de medicamentos sujeitos ao controle especial, conforme o regime da Portaria no 344/1998 e da Portaria SVS/MS no 6, de 29 de janeiro de 1999 e suas atualizações, nas farmácias e nas drogarias do país.

Contudo o SNGPC, esclarece-se a concepção original do sistema focado no controle completo da cadeia do medicamento e de outros eixos como indústrias, farmoquímicas, distribuidoras, farmácias hospitalares, públicas e similares, cujos módulos deverão ser desenvolvidos a médio e a longo (RDC 27/2007).

3.2 PANDEMIA COVID-19

3.2.1 COVID-19

A OMS caracteriza a COVID-19 como nomenclatura oficial da doença causada pelo novo Coronavírus. O termo COVID, significa *Corona Virus Disease* (doença do coronavírus), enquanto a numeração “19” (dezenove), se refere ao ano de 2019 (dois mil e dezenove), quando os primeiros casos da patologia surgiram em uma cidade Chinesa (FIOCRUZ, 2020).

O vírus SARS-CoV-2, reconhecido como nova modulação do coronavírus, é altamente semelhante aos coronavírus do tipo SARS, oriundos do morcego, podendo este ser o hospedeiro. O RaGT13 se caracteriza como o vírus do morcego, ele é aproximadamente 96% idêntico ao SARS-CoV-2, com algumas diferenças no domínio de ligação ao Receptor de Pico (RBD) podendo explicar as diferenças na afinidade da Enzima Conversora de Angiotensina 2 (ACE2) entre os coronavírus SARS-CoV-2 e do tipo SARS (CIOTTI et al., 2021).

A OMS elenca que inicialmente os sinais e sintomas da doença lembram um quadro gripal comum, manifestando-se de forma branda ou como pneumonia, pneumonia grave e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), o que é preocupante (ISER et al., 2020).

Grande parte dos indivíduos infectados apresentam sintomas como mal-estar, febre, fadiga, tosse, dispneia leve, anorexia, dor de garganta, dor no corpo, dor de cabeça ou congestão nasal, em alguns casos apresentando também diarreia, náusea e vômito. Além disso, idosos e imunossuprimidos têm atípica e rápida deterioração, podendo levar a óbito, principalmente em quadros clínicos com comorbidades (ISER et al., 2020).

Ainda mais Iser e outros (2020) abordam que também existem relatos de sintomas incomuns e difíceis de mensurar como perda do olfato, diminuição do olfato e a perda

do sentido do paladar. Grupos especializados recomendam que ageusia, anosmia e hiposmia devam ser incluídas na triagem de seleção para infecção de SARS-COV-2, especialmente na ausência de outras doenças respiratórias, como sinusite aguda ou crônica e rinite alérgica. Apresentam evidências de que alguns desenvolvem esses sintomas e posteriormente, testaram positivos para a COVID-19.

Uma análise de estudo de indivíduos positivos para a COVID-19 hospitalizados na Itália demonstrou que 33,9% deles tinham pelo menos uma alteração de olfato ou paladar, e 18,6% tinham ambos os sintomas. Cerca de 91% das pessoas antes da hospitalização tiveram perda do paladar. Mulheres e adultos de média de 56 a 66 anos relataram esses sintomas com maior frequência. A perda de olfato foi encontrada em mais de dois terços dos participantes do estudo na Alemanha, enquanto médicos na Itália e Suíça relataram sintomas semelhantes, muitos dos quais também mostraram sinais de envelhecimento. Na Coreia do Sul cerca de 30 % dos entrevistados positivos para COVID-19 relataram como principal sintoma a anosmia (BENJAMIN, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde, no dia 5 de novembro de 2022, foram confirmados 632.334.249 casos de COVID-19 no mundo, sendo só no Brasil 34.850.373 casos. Em relação aos óbitos, foram confirmados 6.599.916 no mundo até o dia 5 de novembro de 2022. Os Estados Unidos foi o país com maior número acumulado de óbitos (1.072.582), seguidos pelo Brasil (688.342), Índia (530.500), Rússia (382.644) e México (330.424). Todos esses dados culminam em preocupação de como reagirá a saúde mundial na pós pandemia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

A partir de dados diários fornecidos pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES) o Ministério da Saúde, de 26 de fevereiro de 2020 a 5 de novembro de 2022, afirma que foram confirmados 34.850.373 casos e 688.342 óbitos por COVID-19 no Brasil, sendo a taxa de incidência acumulada de 16.457,8 casos por 100 mil habitantes, enquanto a taxa de mortalidade acumulada foi de 325,1 óbitos por 100 mil habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

3.2.2 Medidas de distanciamento social

Certos termos foram usados para se referir às ações de controle da pandemia de COVID-19. Eles não são novos, mas dizem respeito a medidas de saúde pública não farmacológicas, historicamente consagradas para o controle de epidemias, em especial na ausência de vacinas mantidas por um longo período. Destacou-se o isolamento, a quarentena, o distanciamento social e as medidas de contenção comunitárias (AQUINO et al., 2019).

O isolamento é a separação de pessoas doentes dos não infectados com propósito de reduzir o risco de transmissão de doenças para ser eficaz. Vê-se a necessidade de detecção precoce de casos e transmissibilidade do vírus em indivíduos assintomáticos (AQUINO et al., 2019).

No contexto da COVID-19, em comparação com outros vírus, há um período de incubação longo tornando altamente contagioso, a doença pode ficar incubada até duas semanas após o contato com o vírus. O período médio de incubação é de 5 dias, com intervalo que pode chegar até a 12 dias, sendo assim a aplicação em larga escala de teste diagnósticos, no qual permite identificar pessoas infectadas, sendo possível isolar precocemente as pessoas infectadas (DE MACEDO, 2020).

A quarentena foi uma restrição de movimento e contato presumida a uma doença contagiosa, em que alguns indivíduos não adoeceram, mas foram capazes de

contaminar outros indivíduos, permanecendo assintomáticos e não sendo identificados. Foi aplicada a nível individual ou grupal, mantendo as pessoas em suas próprias casas. Tal medida foi obrigatória durante alguns períodos da pandemia (AQUINO et al., 2019).

O distanciamento envolveu medidas com objetivo de reduzir as interações em uma comunidade, incluindo pessoas infectadas, porém não identificadas, as quais não estavam isoladas. Como a doença é transmitida por gotículas respiratórias exige-se certa proximidade física para ocorrer a contaminação, logo o distanciamento social reduz a transmissão por essa via (AQUINO et al., 2019).

Dentre possíveis exemplos ressalta-se o isolamento de casos suspeitos, fechamento de escolas e universidades, local de trabalho, fechamento de comércio, cancelamentos de eventos para evitar aglomerações. O distanciamento social foi particularmente útil em meio ao contexto de transmissão comunitária, nos quais as medidas de restrições impostas ajudaram a impedir novas, ainda mais, acabam por provocar diminuição das conexões face a face e das interações sociais rotineiras, o que também pode consistir em um estressor importante nesse período (SCHMIDT et al.,2020).

O episódio extremo de distanciamento social é o bloqueio chamado de “lockdown”, posicionando-se como uma intervenção severa aplicada a toda uma comunidade através da proibição de saída de pessoas de suas residências, exceto para adquirir suprimentos básicos (AQUINO et al., 2019).

3.2.3 O impacto da pandemia COVID-19

A OMS em 11 de março de 2020, classificou a doença por coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Muitos países implementaram restrições de distanciamento social e mobilidade para conter a propagação do vírus. Como consequência, essa pandemia levou ao bloqueio de regiões e países inteiros ao redor do mundo afetando aspectos da vida econômica, social e política (ARIN, LACOMBA, LAGOS, 2022).

A crise pandêmica enfrentada pelo mundo nos últimos anos causada pela COVID-19 submergiu as pessoas em graves estados psíquicos emocionais devido a obrigatoriedade das tomadas de medidas necessárias, completamente desconectados do cotidiano em que se viviam. Com a impressão multifacetada da era da pandemia, essa adaptação, diante do desastre da depressão e do transtorno de pânico são vistos cada vez mais presentes no cotidiano, provocando o aumento do uso de drogas (NABUCO et al., 2020).

A pandemia não afeta apenas a saúde física, mas principalmente a saúde mental e o bem-estar das pessoas. Não apenas isso, mas surtos anteriores mostram que o impacto na saúde mental pode ser mais persistente e abrangente do que a própria epidemia com impactos econômicos e psicossociais imensuráveis. Assim, durante as epidemias, a mortalidade secundária a problemas de saúde mental muitas vezes excede aquelas diretamente relacionadas a infecções (NABUCO et al., 2020).

As reações psicológicas a uma crise podem incluir sentimentos de tristeza, medo, opressão, desamparo e raiva, bem como dificuldade de concentração ou adormecer. O medo de estar em contato com outras pessoas, usar transporte público ou entrar em locais públicos e, alguns casos podem apresentar sintomas físicos como aumento da frequência cardíaca ou dor no estômago, por exemplo (GUNDIM et al., 2021).

Os fatores que influenciam o impacto psicossocial estão relacionados a como se encontra o grau de vulnerabilidade das pessoas e magnitude da epidemia. Entretanto, é importante destacar que nem todos os déficits psicológicos e sociais apresentados poderão ser classificados como doenças. A maioria será classificado como reações normais diante de uma situação anormal (BRASIL, 2020).

As condições psiquiátricas geram impactos relacionados ao estresse e aos transtornos de humor, também há outros transtornos como os ocasionados pelo uso de algumas substâncias, diretamente associadas a comportamento suicida. Pacientes acometidos pela COVID-19 e que sobreviveram a doença também podem apresentar risco elevado de suicídio, alertando às consequências na saúde mental de pacientes acometidos pela doença, tais quais podem permanecer por longos períodos, até mesmo após a pandemia (SHER, 2020).

Pode haver várias razões para o aumento de sintomas psiquiátricos e transtornos mentais durante a pandemia. Destacam-se os efeitos diretos do vírus no Sistema Nervoso Central, experiências traumáticas associadas à infecção ou morte de pessoas intimamente ligadas, a pandemia e o estresse da vida cotidiana causado por medidas de distanciamento social ou condições econômicas alteradas. Consequenciais, no dia a dia do trabalho ou nas relações afetivas e por fim, interrupção da terapia por dificuldade de acesso (CUMINALE, 2022).

Fatores de estresse podem desencadear ou agravar diversos transtornos mentais e assim, além de substâncias ilícitas, podem exacerbar o abuso de substâncias lícitas como álcool, tabaco e outras drogas. Especialmente nos últimos dois anos, pode-se supor que a importância da pandemia e seu impacto são fatores chaves no aumento da medicalização associada ao uso de substâncias psicotrópicas, seja de uso racional ou não. De fato, pode ter um aumento considerável nas vendas de diversos psicofármacos no Brasil em relação ao primeiro trimestre de 2020 a 2021, na pandemia (ALVEZ et al., 2021).

As principais implicações para a saúde mental dos profissionais de saúde estão relacionadas principalmente à depressão, insônia, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, distúrbios do sono, síndrome de burnout, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), além de níveis mais elevados insatisfação no trabalho. Aos profissionais da linha de frente demonstraram risco de desenvolver maior de transtorno de estresse pós-traumático, persistindo mesmo após ausência do trabalho (BEZERRA et al., 2020).

Além disso, os profissionais com suspeita de COVID-19 apresentaram maior depressão, ansiedade, angústia e menor satisfação no trabalho em relação ao medo da disseminação do vírus para familiares, amigos e sua equipe de saúde e o enfrentamento da discriminação social, gerada contra indivíduos que foram acometidos pela doença (BEZERRA, et al 2020).

O estudo de Barros e outros (2022), durante o período pandêmico estudado, os casos confirmados de COVID-19 no Brasil ascenderam de 45.757 para 330.890, e as mortes de 2.906 para 21.048, com objetivo de analisar a frequência de tristeza, nervosismo e alterações do sono durante a pandemia. Verificou-se que o sentimento frequente de tristeza e depressão atingiu cerca de 40% dos adultos brasileiros e 52,6% trata-se de ansioso ou nervoso. Além disso, tristeza ou depressão ocorreu em 70% das pessoas com diagnóstico prévio de depressão e em 35,2% daquelas sem esse diagnóstico.

A longo prazo os efeitos sociais da pandemia podem impactar negativamente em portadores de transtornos mentais de diversas formas. Fatores relacionados à

habitação, renda e inclusive problemas conjugais podem afetar profundamente estes pacientes, considerando suas vulnerabilidades em relação à saúde mental (ANGLIN et al., 2020).

As crises sanitárias possuem a capacidade de alavancar as desigualdades, elevando assim os impactos relacionados a fatores de risco. Além disso, existe o potencial aumento de portadores de transtornos psicóticos cometerem suicídio ou tentarem realizá-lo, de acordo com dados relacionados a pandemias que ocorreram anteriormente (CHAN et al., 2006).

Em virtude da situação, os cientistas ao redor do mundo, com o intuito possível de reduzir a disseminação do SARS-COV-2, trabalharam em busca da criação de vacinas eficientes e seguras em tempo recorde para combater o vírus segundo Júnior e outros (2022). A ANVISA no início de 2021 autorizou o uso emergencial de duas vacinas em território brasileiro, culminando na vacinação da população Brasileira, provocando a esperança do fim da pandemia da COVID – 19.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um estudo descritivo transversal retrospectivo relativo a uma análise quantitativa de medicamentos psicotrópicos dispensados por uma drogaria localizada na cidade de Fundão-ES, cidade de pequeno porte segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada é de 22.379 pessoas.

A pesquisa foi desenvolvida através da contabilização de dados fornecidos pelo sistema utilizado pelo estabelecimento, o software Prosystem®, relatando os arquivos de vendas anuais, no qual o estabelecimento fez autorização verbal para que o presente estudo fosse desenvolvido.

Os relatórios obtidos são do período de 36 meses, com o auxílio do programa Microsoft Office Excel, separando unitariamente as quantidades de caixas dispensadas de cada medicamento, sendo possível elaborar gráficos e tabelas, além de unificar quantitativamente por classes, incluindo as classes ansiolíticas, antidepressivas, antiepilépticas e antipsicóticas. Tais foram divididas segundo as normas descritas por Rang & Dale (2012), no entanto as classes não localizadas, devido lançamentos recentes, foram classificados pelo bulário da ANVISA.

Como o estudo não aborda dados dos participantes da pesquisa, não foi necessário a aprovação por parte do Sistema CEP_CONEP.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente pesquisa foram analisados a venda de medicamentos psicotrópicos entre os anos 2019 a 2021 de uma drogaria localizada no município de Fundão-ES. Verifica-se que nesse período foram dispensadas 14.372 caixas de medicamentos psicotrópicos. Desse total, os grupos de ansiolíticos, antidepressivos, antiepiléticos e antipsicóticos representaram respectivamente 31,5 % (4.524), 30,7% (4.417), 11,3% (1.630) e 11,2% (1.605) dos medicamentos totais dispensados.

Tabela 1: Dispensação de medicamentos psicotrópicos entre as classes analisadas no período de 2019 a 2021.

	2019		2020		2021	
	N° de caixas	%	N° de caixas	%	N° de caixas	%

Ansiolíticos	1334	37,4	1632	38,0	1558	36,1
Antidepressivos	1197	33,5	1559	36,3	1661	38,5
Antiepiléticos	518	14,5	511	11,9	601	13,9
Antipsicóticos	521	14,6	591	13,8	493	11,4
Total	3570	100,0	4293	100,0	4313	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Dados divulgados pelo Conselho Federal de Farmácia (2020), mostraram que a venda de antidepressivos e estabilizantes de humor tiveram um aumento expressivo durante o ano de 2020. O levantamento mostrou que aproximadamente 100 milhões de caixas de medicamentos psicotrópicos foram dispensados em todo o ano de 2020, apresentando um salto de aproximadamente 17 % em comparação com os 12 meses anteriores, podendo ser ocasionado pela instabilidade emocional durante o lockdown. A pesquisa também evidenciou uma maior proporção nos casos sendo de 86,5% de ansiedade, 16% de depressão e 45,5% de estresse pós-traumático, com o intuito dos indivíduos sentirem satisfação e bem-estar momentâneo durante a ingestão desses medicamentos como o uso dos benzodiazepínicos, o mais utilizado.

Os dados também corroboram com Alves e outros (2022), pesquisadores sobre a influência da pandemia da COVID-19 no consumo de medicamentos psicotrópicos em um município de pequeno porte no estado do Rio Grande do Norte. Nessa pesquisa foi observado que durante os anos de 2019 e 2020 foram dispensadas 113.548 unidades de medicamentos psicotrópicos, sendo 53.084 unidades liberadas no ano de 2019, correspondendo a 46,75% do total. No ano de 2020, houve aumento na dispensação dos medicamentos para 60.464 unidades liberadas para a população, com 53,25% do total de fármacos, demonstrando assim que provavelmente a pandemia teve grande influência para o consumo desses medicamentos.

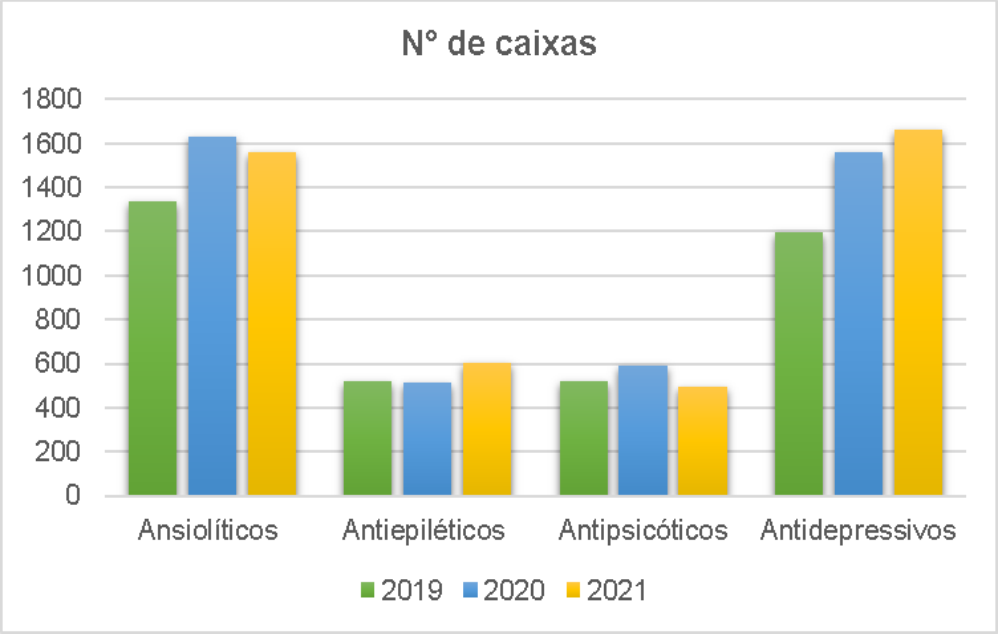
Um estudo efetuado no Brasil, por iniciativa da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coletaram os dados entre abril e maio de 2020 com questionário aplicado via internet a adultos e idosos, com coleta de informações sobre condições de vida, saúde e comportamento. Obteve-se 45.161 entrevistados, notou-se que durante a pandemia 40,4% se sentiram frequentemente tristes ou deprimidos; 52,6% frequentemente ansiosos ou nervosos; 43,5% relataram início de dificuldade no sono e 48,0% dificuldade de sono preexistente agravado o que pode corroborar com uma maior dispensação de medicamentos psicotrópicos (BARROS et al., 2020).

E ainda segundo Piga e outros (2021), abordam que a análise das dispensações de antidepressivos numa farmácia privada em Rondon-PR**,** mostrou um aumento de 37% no total do número de prescrições atendidas em 2020, quando comparado ao ano de 2019, sendo 478 e 348 prescrições respectivamente. A análise por medicamentos ansiolíticos e antidepressivos também demostrou um aumento na maioria dos fármacos avaliados.

Quanto aos ansiolíticos houve um aumento de 2019 para 2020 e uma leve queda na porcentagem de 2020 para 2021. Ainda assim é a classe de maior porcentagem de dispensação, cerca de 46,3 % (4.524) entre as classes analisadas. Em 2019 foram dispensadas 1.334 caixas, em 2020 foram dispensadas 1.632 caixas de ansiolíticos e em 2021 foram dispensadas 1.558 caixas de ansiolíticos.

O gráfico 1 detalha o um aumento gradativo na venda de medicamentos antidepressivos antes da pandemia (2019) e durante a pandemia (2020 e 2021). Em 2019 foram dispensadas 1.197 caixas de medicamentos antidepressivos, em 2020 foram dispensadas 1.559 caixas de antidepressivos e 2021 foram dispensadas 1.661 caixas de antidepressivos, entre as classes analisadas os antidepressivos equivale a 45,2% (4.417).

Gráfico 1: Número de caixas por período e classe.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) realizou um levantamento pela consultoria IQVIA o qual aponta que no período de janeiro a julho de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, houve um aumento de aproximadamente 14% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor, usados nos casos de transtornos afetivos como depressão, neurose depressiva e transtorno afetivo bipolar. Em números reais de unidades vendidas saltou de 56,3 milhões em 2019, para 64,1 milhões em 2020. No caso dos anticonvulsivantes, atuantes contra a epilepsia, o aumento foi de quase 13%. As unidades vendidas pularam de 46,2 milhões em 2019 para 52,1 milhões em 2020.
Em outro estudo, realizado pelo Ministério da Saúde, concluiu a etapa da pesquisa inédita sobre a saúde mental da população brasileira durante a pandemia da COVID-19 realizada através de um questionário on-line no período entre 22 de agosto e 6 de outubro (2021). Do total de 17.491 pessoas que participaram da primeira etapa, entre 23 de abril e 15 de maio (2022), 2.335 responderam à pesquisa na fase subsequente em que o uso de medicamentos antidepressivos aumentou em 15,79%. Desses dados, 7,2% alegaram que iniciaram a ingestão durante a pandemia. O uso de ansiolíticos foi o que apresentou maior índice (22,66%) concordando com os dados apresentados nesta pesquisa.

Ao comparar os 3 períodos é visível uma pequena redução de dispensação de ansiolítico e anti psicótico, possivelmente pelo entrave de se deslocar para outros

lugares, além do isolamento e demais motivos. Um outro estudo diz que a adoção do distanciamento social, recomendado pela OMS como uma das intervenções não farmacológicas que contribuem para reduzir sua rápida taxa de transmissão e contaminação da COVID-19, pode comprometer o acesso aos serviços de saúde (MALTA et al., 2021).

No estudo realizado em Genebra pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), aborda que metade dos participantes (51%) de uma pesquisa realizada em sete países ao todo, com 3,5 mil pessoas participantes, a pesquisa foi realizada entre os dias 18 e 22 de setembro de 2020, entrevistando 500 pessoas em cada país, com uma amostra representativa nacional, relatando que a pandemia da COVID-19 teve um impacto negativo em sua saúde mental. Tais afirmações podem ter sido ocasionadas pela inexperiência do enfrentamento da situação da pandemia do SARS-CoV-2, afetando áreas da vida além da saúde da população como a oclusão das escolas, afetando a rotina das crianças e estudantes; o fechamento das empresas e dos espaços públicos; a modificações provocadas no trabalho e na esfera familiar, causando na população angústia, insegurança e medo.

Entre os ansiolíticos foram identificados 3 medicamentos que tiveram uma maior dispensação: o Clonazepam, apresentando média percentual de 36,3%; Alprazolam, com média percentual de 30,6 %; e o Zolpidem, com média percentual de 17,6%. Já entre os antidepressivos foram identificados 6 medicamentos que tiveram uma maior dispensação: o Escitalopram, com média percentual de 21,9%; Amitriptilina, com média percentual de 15,8%; Sertralina, com média percentual de 15,3%; Citalopram, com média percentual de 8,4%; Desvenlafaxina, com média percentual de 7,5%; e a Paroxetina, com uma média percentual de 6,9%.

A tabela 2 apresenta os principais antidepressivos e ansiolíticos, demonstrando a quantidade de caixas de medicamentos dispensadas. O Alprazolam no ano de 2019 foram dispensadas 236, em 2020 foram dispensadas 305 e 2021 foram dispensadas 529 caixas, sendo o Clonazepam no ano de 2019 dispensadas 246 caixas, em 2020 dispensadas 377 e 2021 foram dispensadas 537 caixas.

Tabela 2: Ansiolíticos e antidepressivos mais dispensados.

ANSIOLÍTICOS								
2019		%	2020		%	2021		%
Alprazolam	396	29,7	Alprazolam	460	28,2	Alprazolam	529	34,0
Clonazepam	458	34,3	Clonazepam	654	40,1	Clonazepam	537	34,5
Zolpidem	194	14,5	Zolpidem	278	17,0	Zolpidem	332	21,3
Outros	286	21,4	Outros	240	14,7	Outros	160	10,3
Total	1334	100,0	Total	1632	100,0	Total	1558	100,0
ANTIDEPRESSIVOS								
2019		%	2020		%	2021		%
Amitriptilina	84	7,0	Amitriptilina	328	21,0	Amitriptilina	323	19,4
Citalopram	115	9,6	Citalopram	108	6,9	Citalopram	145	8,7
Desvenlafaxina	63	5,3	Desvenlafaxina	104	6,7	Desvenlafaxina	177	10,7
Escitalopram	282	23,6	Escitalopram	337	21,6	Escitalopram	341	20,5
Paroxetina	91	7,6	Paroxetina	75	4,8	Paroxetina	142	8,5
Sertralina	218	18,2	Sertralina	267	17,1	Sertralina	180	10,8
Outros	334	27,9	Outros	340	21,8	Outros	353	21,3

Total		1197	100,0	Total		1559	100,0	Total		1661	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2022

PIGA e outros (2021), identificaram em sua pesquisa realizada em uma farmácia municipal de Rondon (PR), em que avaliaram as prescrições de ansiolíticos dispensados, foi identificado que o Clonazepam foi o ansiolítico mais dispensado nos anos analisados, sendo 1.340 e 1.201 prescrições em 2019 e 2020 respectivamente, e apresentou a menor redução do número de prescrições, 11% quando comparado ao Diazepam com 28% de redução nas dispensações em relação ao primeiro ano analisado.

Em concordância com o estudo, a pesquisa realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), localizado no município de Conceição do Almeida (BA), que apresentava uma população de 17.278 habitantes, com finalidade de analisar o perfil de utilização de benzodiazepínicos em pacientes atendidos, identificou que o medicamento mais consumido dentre os benzodiazepínicos se destacou o Clonazepam, utilizado por 49,32% das pessoas (110 usuários), seguidos pelo Diazepam usado por 39,91% (89 usuários) (ALVEZ et al., 2017).

Outro estudo realizado na Bahia em farmácias públicas municipais de Vitória da Conquista, nos anos de 2018 e 2021, observaram um aumento do número de prescrições no ano de 2021 em que o Clonazepam apresentou aumento de 34,5% em 2018 e 38,3% em 2021. Em contrapartida, houve diminuição dos percentuais de prescrição do medicamento Amitriptilina em 46,8% em 2018 e 33,8% em 2021, o que diverge da presente pesquisa no qual a Amitriptilina teve 41 caixas dispensadas em 2019 e havendo um salto para 323 caixas em 2021.

Em Lindoeste (PR), Bresson e outros (2021) realizaram um estudo em uma farmácia comercial, por meio de coleta de dados em prontuários arquivados. Foram coletadas todas as informações de receitas B1, no período de fevereiro a julho de 2021, sendo realizado um levantamento da quantidade de medicamentos ansiolíticos dispensados. Eles abordam que segundo a análise de dados, os medicamentos mais dispensados, foram o Clonazepam que de (39,69%), Zolpidem (24,63%), e Alprazolam (19,15%), dados que se assemelham a pesquisa realizada onde o os ansiolíticos tiveram aumento na dispensação do ano de 2019 para o ano de 2021.

Estudo realizado por De Oliveira e outros (2021) sobre consumo de psicofármacos dispensados nas unidades básicas de saúde do Município de Ribeirão Preto (SP), no período de 2008 a 2012, abordaram a variação do consumo dos fármacos sujeitos a controle especial entre o ano de 2012 e a média dos anos de 2008 a 2011, segundo a Dose Real Prescrita para o Paciente (DDP). A amostra total foi de 1.577.241 pacientes que retiraram medicamentos no Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), dos quais 18,2% (n=287.373) utilizaram pelo menos um medicamento sujeito a controle especial, onde foi possível evidenciar um aumento significativo do consumo de Amitriptilina, Bupropiona, Clonazepam, Fenitoína, Fenobarbital, Fluoxetina, Haloperidol e Levodopa, comparando-se a DDP do ano de 2012 com a do período de 2008-2011.

Segundo estudo realizado pela Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales) em 8 farmácias públicas da região noroeste paulista de janeiro a dezembro de 2020, em que foram selecionados cinco medicamentos psicotrópicos mais dispensados, reunindo oito fármacos psicotrópicos, dentre estes encontram-se quatro classes terapêuticas mais dispensadas: os antidepressivos Inibidores Seletivos da

Recaptação de Serotonina (ISRS) com 40% representados pelos fármacos cloridrato de sertralina (20%), cloridrato de fluoxetina (12%) e bromidrato de citalopram (8%); os ansiolíticos benzodiazepínicos com 36% representados pelos ativos clonazepam (17%), diazepam (10%) e alprazolam (9%); o anticonvulsivante carbamazepina com 13% e um antidepressivo tricíclico (ADTs) inibidor não seletivo da recaptação de monoaminas cloridrato de amitriptilina com 11%; o cloridrato de sertralina com 20% foi o fármaco que apresentou maior percentual de dispensação, e estava entre os cinco medicamentos psicotrópicos mais dispensados em seis farmácias, das oito amostras em estudo. Assim, consecutivamente do segundo ao quinto mais dispensado, com 18% o clonazepam, a carbamazepina com 13%, o cloridrato de fluoxetina com 12% e com 11% o cloridrato de amitriptilina.

Estudo realizado por Martins e De Peder (2022), no município de Ramilândia (PR) analisaram notificações de receita B1 e receitas de controle especial da lista C1, abordaram que na média dos anos 2019 a 2021 foram prescritos 18 tipos de antidepressivos, os cinco mais indicados foram a quetiapina (18,5%), venlafaxina (12,8%), escitalopram (12,8%), amitriptilina (8,5%) e sertralina (6,9%) que totalizaram aproximadamente 60 % das prescrições médias totais. Seguidos aos mais dispensados, a carbamazepina (6,3%), mirtazapina (5,6%), bupropiona (4,3%), fluoxetina (4,3%), sulpirida (3,9%), duloxetina (3,8%), trazodona (3,2%), citalopram (2,2%), lamotrigina (2,6%), desvenlafaxina (1,5%) e paroxetina (1,4%). Os antidepressivos nortriptilina e Imipramina tiveram uma média menor que 1% do total das indicações, e essa redução foi mais significativa no ano de 2020, em que a imipramina não teve prescrição.

Estudo realizado por Piga e outros (2021) em uma farmácia particular do município de Rondon-PR, mostrou que o segundo medicamento mais dispensado em 2020 foi o escitalopram, apresentando um aumento de 58% nas prescrições do fármaco em relação ao ano anterior. Outros medicamentos que apresentaram uma crescente nas dispensações em 2020 foram a duloxetina, a amitriptilina e a bupropiona com aumentos de 52%, 26% e 47%, respectivamente, comparados a 2019.

Vale salientar a importância de considerar algumas limitações do estudo. Trata-se de uma pequena cidade com aproximadamente 22.000 habitantes, podendo provocar interferência significativa quanto às porcentagens de dispensação de medicamentos. Além disso, o fator de farmacoeconomia e impactos financeiros gerados pela pandemia da COVID-19 podem influenciar nos dados finais (IBGE, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto considera-se, após a pesquisa, a constatação do gradativo aumento dos antidepressivos podem ter sido influenciados pela pandemia, devido a insegurança vivida pela população. É possível perceber que o momento em que se vive, com todas as consequências da pandemia da COVID -19, pode vir a trazer um continuado aumento nos anos posteriores a essa pesquisa.

O uso dos antidepressivos e ansiolíticos, baseando-se na literatura estudada e na pesquisa realizada, é uma importante ferramenta no tratamento de ansiedade e depressão ocasionados também pela pandemia do COVID-19.

Cabe aos profissionais da saúde, ênfase no profissional farmacêutico, contribuir com a sociedade no âmbito profissional abordando a importância da psicoterapia e outras estratégias não farmacológicas, com intuito de prevenir o surgimento desses

transtornos e/ou agravamento deles no período de pós pandemia, empregando antes da medicalização alopática, o acesso a práticas alternativas como o uso da fitoterapia, homeopatia, aromaterapia e de práticas integrativas para relaxar. Mudar a rotina também é uma boa iniciativa com o cuidado do sono, iniciativas de apagar a luz, restrição do uso de aparelho celular e aparelhos eletrônicos antes de dormir, alimentação mais leve durante a noite, evitar a ingestão de bebidas estimulantes como café, tornam-se essenciais para manter a mente saudável. Faz parte das recomendações usar a cama apenas para dormir e, ao acordar, tomar sol e praticar exercícios físicos como atividades que podem ajudar a manter a saúde mental. Além disso orientar sobre as reações adversas e efeitos colaterais dos medicamentos, uso dos mesmos associados ao consumo de álcool, toda essa atenção dada pelo profissional gera uma maior segurança e uma devida adesão ao tratamento e ainda o correto uso de fármacos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. N de. **Dicionário de termos farmacêuticos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

ALVES, Isadora de Araújo et al. Influência da pandemia de Covid-19 no consumo de medicamentos psicotrópicos em um município de pequeno porte no Rio Grande do Norte. 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/24676>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ALVES, A. M., COUTO, S. B., DE PAULA SANTANA, M., VENTURINI BAGGIO, M. R., & GAZARINI, L. (2021). Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia. Cadernos de Saúde Pública, 37(9), e00133221. Disponivel em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00133221>. Acesso em: 11 Abr 2022.

Anglin, D. M., Galea, S., & Bachman, P. (2020). Going Upstream to Advance Psychosis Prevention and Improve Public Health. JAMA Psychiatry 77(7), 665– 666. American Medical Association. https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2020.0142.

ARIN, K. P.; LACOMBA, J. A.; LAGOS, F. Exploring the hidden impact of the Covid-19 pandemic: The role of urbanization.2022. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1570677X22000156>. Acesso em: 03 Abr 2022.

AQUINO. M. L. E.; ET AL; Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil Social distancing measures to control the COVID-19 pandemic: potential impacts and challenges in Brazil. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Acesso em 16 Jun 2022.

AZEVEDO, Ângelo José Pimentel de; ARAÚJO, Aurigena Antunes de; FERREIRA, Maria Ângela Fernandes. Consumo de ansiolíticos benzodiazepínicos: uma correlação entre dados do SNGPC e indicadores sociodemográficos nas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 83-90, 2016.

BALDESSARINI, R.J. Drugs and the treatment of psychiatric disorders: psychosis and anxiety. In: HARDMAN, J.G.; GILMAN, A.G.; LIMBIRD, L.E., Eds. Goodman & Gilman´s the pharmacological basis of therapeutics. 9 ed. New York: McGraw Hill, 1995. Cap. 18, p. 399 - 430.

BALLONE, G. J. Benzodiazepínicos,2020. Disponível em: https://ballone.com.br/dicionario/benzodiazepinicos/. Acesso em: 04 nov. 2022.

BARROS, A.D.B.M. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v.29, n.4, 2020.

BENJAMIN, R. Black Skin, White Masks: Racism, Vulnerability & Refuting Black Pathology. Department of African American Studies. Princeton University. 2020. Disponível em: <https://aas.princeton.edu/news/black-skin-white-masks-racism-vulnerability-refuting-black-pathology>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BEZERRA, G. D.; et al 2020. Vista do O impacto da pandemia por COVID-19 na saúde mental dos profissionais de saúde: revisão integrativa. Disponível em: <ttps://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/758/714>. Acesso em 16 Jun 2022.

BRASIL. LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999. **Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.782%2C%20DE%2026%20DE%20JANEIRO%20DE%201999.&text=Define%20o%20Sistema%20Nacional%20de,Sanit%C3%A1ria%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19 -Recomendações para gestores (2020). Disponível em: <https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-para-gestores.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Resolução RDC nº 27, de 30 de março de 2007. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados - SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências. Disponível em: <file:///Z:/Users/Administrador/%C3%81rea%20de%20Trabalho/faculdade/7%20PERIODO/metodologia%20da%20pesquisa/GUIA%20DE%20ELABORA%C3%87%C3%83O%20E%20NORMALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20TRABALHOS%20ACAD%C3%8AMICOS%20-%20VERS%C3%83O%202018-2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRESSON, Geisiane B.; LINARTEVICHI, Vagner F. Dispensação de ansiolíticos em uma farmácia comercial no município de lindoeste no paraná. RECIMA21-**Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 10, p. e210729-e210729, 2021.

CANCELLA, Danielle. Análise do Uso de Psicofármacos na Atenção Primária: Uma revisão de Literatura. Minas Gerais. 2012. Disponível em:< https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3400.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CHAN, S. M. S., CHIU, F. K. H., LAM, C. W. L., LEUNG, P. Y. V., & , Y. (2006). Elderly suicide and the 2003 SARS epidemic in Hong Kong. International Journal of Geriatric Psychiatry, 21(2), 113–118. https://doi.org/10.1002/gps.1432

CFF. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA Venda de antidepressivos cresce 17% durante pandemia no Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/vendade-antidepressivos-cresce-17-durantepandemia-no-brasil/>. Acesso em: 02 Nov 2022.

CIOTTI, M., CICCOZZI, M., TERRINONI, A., JIANG, W. C., WANG, C. BIN, & BERNARDINI, S. (2020). The COVID-19 pandemic. Critical Reviews in Clinical Laboratory Sciences, 57(6), 365–388. https://doi.org/10.1080/10408363.2020.1783198/FORMAT/EPUB Acesso em:10 de abril de 2022.

CLARK, Michelle A. et al. **Farmacologia ilustrada-5**. Artmed Editora, 2013.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). Pesquisa da cruz vermelha revela que Covid-19 afeta saúde mental de metade das pessoas. 2020. 42 Disponível em: https://www.icrc.org/pt/document/pesquisa-da-cruz-vermelha-revela-quecovid-19-afeta-saude-mental-de-metade-das-pessoas. Acesso em: 02 nov. 2022.

COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS (COMHUPES). Benzodiazepínicos: Características, Indicações, Vantagens e Desvantagens. 2013. Disponível em: http://www2.ebserh.gov.br/documents/1975526/2520527/Diretriz_27_Benzodiazepinicos_caracteris ticas_indicacoes_vantagens_desvantagens. Acesso em: 11 abr. 2022

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Portaria n.º 344/98 de12 de maio de 1998. **Aprova Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.** Organização Jurídica da Profissão Farmacêutica, Conselho Federal de Farmácia. 2 ed., Brasília, 1999/2000.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Conselho Federal de Farmácia. Venda de medicamentos psiquiátricos cresce na pandemia; 2020. Disponível em: <https://www.cff.org.br/noticia.php?id=6015&titulo=Venda+de+medicamentos+psiquiátri-cos+cresce+na+pandemia>. Acesso em 02 de nov. 2022.

COUTINHO, P. K.,& FILHO, M. A. N. (2010). Depressão: conceito e tratamento. Uningá Review.04, (Supl 3)06-12. Disponível em: <http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130803_1714062.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2022.

CUMINALE, N. Jornalista responsável Ilustrações Fabricio Pamplona Revisão Valquíria Coutinho Tavares. 2022. Guia de Saúde Mental Pós-pandemia no Brasil. Disponível em: < http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Guia-de-saude-mental-pos-pandemia-no-Brasil.pdf#page=13 >. Acesso em: 11 de Abr 2022.

DA SILVA, Felipe C.; DOS SANTOS, Evandro R. Uso terapêutico de antidepressivos no abuso de substâncias psicoativas. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2021.

DE MACEDO JÚNIOR, Adriano Menino. Covid-19: calamidade pública. **Medicus**, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2020.

DE OLIVEIRA, Julia R. F. et al. Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. 2021. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/182099>. Acesso em: 04 nov. 2022.

DE OLIVEIRA, Raquel J. S.COVID-19 e Riscos Psicossociais: um alerta sobre o Suicídio. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 1859-1870, 2021.

FIOCRUZ, Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19. Disponível em: < https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virusrecebeu-o-nome-de-covid-19> Acesso em: 08 Abr 2022.

FONTES, Olney Leite. **Farmácia homeopática: teoria e prática**. Editora Manole, 2005.pag 26.

GUNDIM V.A.; ENCARNAÇÃO J.P.; SANTOS F.C.; SANTOS J.E.; VASCONCELLOS E.A.; SOUZA R.C. Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. Rev baiana enferm. 2021;35:e37293. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293/23470>. Acesso em: 11 abr. 2022.

GALLONI, Letícia; DE FREITAS, Lucas Rodrigueiro; GONZAGA, Rodrigo Vieira. Consumo de psicoativos lícitos durante a pandemia de Covid-19. Revista Brasileira De Ciências Biomédicas, v. 2, n. 1, p. e0442021-1/8, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNS: 2013 IBGE faz um amplo retrato da saúde dos adultos brasileiro. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14724-asi-pns-2013-ibge-faz-um-amplo-retrato-da-saude-dos-adultos-brasileiros#:~:text=A%20PNS%20estimou%20que%207,idade%20(11%2C1%25)>. Acesso em: 10 nov. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saúde. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4699#resultado>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ISER, B. P. M., SLIVA, I., RAYMUNDO, V. T., POLETO, M. B., SCHUELTER-TREVISOL, F., & BOBINSKI, F. (2020). **Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, 29(3), e2020233. Disponível

em:https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000300018. Acesso em: 10 de abril de 2022.

JÚNIOR, Nelson S. R. et al. Vacinação contra a COVID-19 em território nacional. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 11, p. e4714-e4714, 2022.

KATZUNG, Bertram G.; TREVOR, Anthony J. **Farmacologia Básica e Clínica-13** . McGraw Hill Brasil, 2017.

LOURENÇO, ELYANNE KARYNE SOARES; 2022. Análise da dispensação de medicamentos escitalopram e fluoxetina em uma farmácia comercial no município de João Pessoa–PB, durante a pandemia da covid-19.

MALTA, D. C., GOMES, C. S., SILVA, A. G. D., CARDOSO, L. S. D. M., BARROS, M. B. D. A., LIMA, M. G., ... & SZWARCWALD, C. L. (2021). Uso dos serviços de saúde e adesão ao distanciamento social por adultos com doenças crônicas na pandemia de COVID-19, Brasil, 2020. Ciência & Saúde Coletiva, 26, 2833-2842.

MARTINS, Elena M.; DE PEDER, Leyde D. Português Análise da dispensação de medicamentos psicotrópicos em uma farmácia comercial no município de Ramilândia–Paraná. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e233111436160-e233111436160, 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2022. Pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde irá mapear o estilo de vida, incidência de doenças e as condições de saúde da população em 3 mil municípios do país. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/ibge-bate-a-sua-porta-para-saber-como-esta-a-sua-saude>. Acesso em: 05 de nov. 2022.

MINISTÉRIO DA SÚDE.2022. Boletim epidemiológico COVID-19. Disponível em: <www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2022/boletim-epidemiologico-no-138-boletim-coe-coronavirus.pdf/view>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORENO, Ricardo Alberto; MORENO, Doris Hupfeld; SOARES, Márcia Britto de Macedo. Psicofarmacologia de antidepressivos. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 21, p. 24-40, 1999.

NABUCO. G.; OLIVEIRA. M. H. P. P.; AFONSO. M. P. D.Vista do O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental. (n.d.). Retrieved April 10, 2022, from. Disponível em: <https://www.rb<mfc.org.br/rbmfc/article/view/2532/1567>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PIGA. Bruna M. F.; SHIMA, Vivian. T. B.; ROMANICHEN. F. M. D. F. Análise das prescrições de ansiolíticos e antidepressivos antes e durante a pandemia da COVID-19 Analysis of prescriptions for anxiolytics and antidepressants before and during the COVID-19 Pandemic. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 107178-107193, 2021.

RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. Farmacologia. 4 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. Cap. 33, p. 514-20.

RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M; FLOWER, R.J; HENDERSON, G. Farmacologia. 8ª edição. pag 1060.

SANTOS, K. M. R; et al. Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem durante a pandemia da covid-19. Escola Anna Nery. 2021. Acesso em: 2 abril 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0370>.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia (campinas)**, v. 37, 2020.

SHER, L., & PETERS, J. J. (2020). The impact of the COVID-19 pandemic on suicide rates. Qjm: An International Journal of Medicine, 113, 707–712. Disponível em: <https://mc.manuscriptcentral.com/qjm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SOUZA, J. C.; CAMARGO, D. A. Psicofarmacologia e equipe multidisciplinar. 3 ed. Campo grande: UCDB, 2003. 192 p.

VASCONCELOS, Arilane da Silva; COSTA, Cristina; BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes. Do transtorno de ansiedade ao câncer. **Revista da SBPH**, v. 11, n. 2, p. 51-71, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1516-08582008000200006>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

VIEIRA, F.P.; REDIGUIERI, C.F.; REDIGUIERI, C.F.A regulação de medicamentos no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2013.